

Ata da sessão extraordinária da Câmara Municipal de Vereadores de Tuparetama – PE.

Aos vinte e um dias do mês de setembro do ano dois mil e vinte e três, às oito horas e trinta minutos, na presidência do Sr. Arlã Markson Gomes de Souza, para tratar da discussão ao Projeto de Lei N<sup>o</sup> 010/2023 *que dispõe sobre a autorização de transferência de recursos da Assistência Financeira Complementar repassada pela União Federal visando das cumprimento ao disposto na Lei Federal n<sup>o</sup> 14.434, de 04 de agosto de 2022, que instituiu o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e da parteira, no âmbito do Município de Tuparetama-PE, além de outras providências*, o Sr. Presidente relata que o projeto não abrange o piso e sim o repasse dos meses anteriores, já informando que será contrário a qualquer emenda, sabendo que é de direito o piso dos servidores, mas a classe acordou desta forma com a gestão e a partir da aprovação do orçamento da união se dará o projeto do piso, a Sra. Vereadora Vanda Lúcia Cavalcante Silvestre cita que se trata do retroativo de maio até hoje e que vamos receber até dezembro, lembrando bem que o seu nome não veio assim como alguns colegas, mas a classe já está de acordo, sabendo que o prefeito se comprometeu em mandar assim que votarem o orçamento e confia na palavra dele, em seguida o Sr. 2<sup>o</sup> Secretário mostra gravação de advogado já alertando para esse tipo de manobra e mesmo com as emendas já falaram que são contra, mas ainda enganam os servidores de que o recurso será devolvido a partir do dia 21, e que quem votar contra é contrário a classe, mas é questão orçamentária e quando fala em estatutário é estabelecido em lei, mas os vereadores desinformados e profissionais não estão entendendo pedindo a vereador que corra e votem com urgência, o Sr. Vereador Sebastião Nunes de Sales pede um aparte, concedido, sabe que estamos tratando do retroativo, e está dizendo a coisa certa, que esse projeto do piso deve ser aprovado até dezembro, então agradece pelo áudio, onde teremos o prazer de votar, o Sr. Vereador apartado acha que entendeu mau, pois hoje deveria estar se votando pelo piso, tendo quem recebe mil reais como salário base e prestes a se aposentar com o salário mínimo e o advogado foi claro que se pode suplementar para atingir o teto, o Sr. Presidente cita também que no áudio não existe pressa, e estamos com a pressa só para receberem o que está na conta antes da vinda do piso, o Sr. Vereador apartado questiona o tempo de apresentação e votação, como também a promessa do piso, esperando que não se repita a mesma burrice do projeto dos professores, que estão engolindo o prejuízo com a anuência de vereador da classe, que não consultou o sindicato, infelizmente é o rolo compressor passando em cima da classe como fez com os professores, e por um milagre não vai ficar com o que já é

deles, afirma que estamos com as emendas, mas sem querer mau a servidor, e poderemos ir pra justiça, a Sra. Vereadora Vanda Lúcia pede um aparte, concedido, não lembra de enfermeira que receba mil reais, e muito menos enfermeiro chefe, o Sr. Vereador Danilo Augusto Oliveira Pereira Nunes pede um aparte, concedido, tem contracheque do enfermeiro, comprovando que hoje eles tem a complementação de um salário mínimo, agora vemos a pressão para que a classe entenda a verdade, por medo de perder votos, o Sr. Presidente relata não ter medo de perder votos e sim de votar errado, o Sr. Vereador aparteado afirma então que desde segunda-feira o aparteante está atrás de votar sem nem saber o teor do projeto, e por ele já estariam com o dinheiro no bolso e prejudicados, o problema é que vem pros vereadores, sabendo que o prefeito pode deixar de suplementar de festas e pagar, porque a intenção não é ajudar e os vereadores não devem engolir essa imoralidade, votando pelo piso, o Sr. Vereador Danilo Augusto Oliveira Pereira Nunes cita que o piso da enfermagem é uma luta de trinta anos e vai continuar, pois a categoria conseguiu enfrentar o congresso, o senado, o STF, que questionou a legalidade e legitimou o direito com atuação dos conselhos regionais, mas parou na câmara, mesmo após aceitarmos o adiamento, sem convocação por escrito, desvirtuando inclusive o Regimento Interno pela garantia dos servidores, é direito deles e o dinheiro já estava em conta desde 23 de agosto, lembra essa seria a hora de homenagear a categoria, quanto às emendas não atrapalham a classe ou o prefeito, que apenas retira o direito dos servidores, sabendo que não existe acordo, porque os contratados não podem falar ou serão demitidos, mas mesmo contra a ideologia de vocês vamos votar da forma correta pra não ficarem a mercê de oitocentos reais de salário base e o município não será sobrecarregado, porque a união está complementando, semelhante aos ACES e ACS, e porque temos que nos calar, cita ainda que temos o direito de apresentar emendas amparados no STF, sabendo que a luta é pra que se aplique o certo, e quando abrimos aos dos nossos direitos por fanatismo político perdemos lá na frente, ainda afirma que conversa de queda de FPM é boato, o mesmo apresentou a Emenda Supressiva ao parágrafo único do artigo 7º e Emenda Modificativa ao artigo 4º da mesma lei, para trazer a independência destes servidores, sendo defensor inclusive de alteração de nomenclatura, sendo lamentável que alegam que ainda esteja sob embargo da ADI, porque o STF já votou pela constitucionalidade do piso, o Sr. Presidente prega cautela para esperarmos pela previsão orçamentária do final do ano, sendo o motivo da preocupação de prefeitos, com a palavra a Sra. Vereadora Maria Luciana Lima Pessoa sente orgulho da classe que procura seus direitos e que seja o início da causa em que estão defendendo, cita o vocabulário chulo em que são tratados os problemas e nós aqui nesta

casa não estamos preparados, então conversou com vários profissionais e não estamos fazendo diferente de alguns municípios e quando o piso vier estaremos prontos para votar, pois não temos garantia na LOA, inclusive fez estudo com responsabilidade, e sente que às vezes a palavra não caiba bem mas estamos prontos pra fazer o melhor pelas categorias, em seguida o Sr. Vereador Antonio Valmir Batista Tunú saudou a todos e lamenta que alguns vereadores querem dar a entender que estão contra o projeto, mas não é verdade, e quer dizer que segunda feira não foi votado pelo tempo de chegada, e que o vereador pediu vistas, falando também o orçamento, mas iremos votar porque é lei federal e ele não pode dizer que não vai pagar, porque é lei federal, o Sr. Vereador Sebastião Nunes de Sales fala de recomendação da AMUPE de que os prefeitos esperem a votação do orçamento, outro vereador se refere a vereador que não lutou pela classe dele, mas lutou sim, só não podia fazer o que queria sozinho, e ao se tratar da classe menosprezando a inteligência desse povo, eles sabem da verdade e queria dizer que o nobre vereador diz que poderia ter votado na segunda, mas foi quem pediu visto ao projeto e até teve reunião acalorada com o prefeito porque não concorda de se mandar as pressas e aconselharia a classe que discutam com os dois poderes, então sabemos que o projeto tem que ser votado até hoje pra ser recebido até o dia 30, e quando o piso vier verão que seremos favoráveis, o Sr. 2º Secretário pede um aparte, concedido, sabe que a lei do piso é de agosto de 2022 e esse complemento veio justamente porque os municípios não tem condição de pagar mas já existe a lei, quanto ao piso deste município acredita que não vem, o Sr. Vereador aparteado cita que o vereador está equivocado, porque antes havia uma PL, sendo que a lei foi sancionada em 12 de maio, mas é lei e não estamos discutindo, com a palavra o Sr. Vice-presidente se volta à classe pela importância de se discutir um projeto de tanta notoriedade, esclarece sobre fatos de que o município está fazendo diferente dos demais na garantia aos profissionais, que são de suma importância na hora em que a população mais necessita, mas no art. 1º já começa a dúvida, porque dizem que não se trata de piso e mesmo assim já se fala em não alterar o salário base, mas que terão que contribuir com a previdência, e onde está a garantia de receber algo em aposentadoria, também discorda do artigo 4º, já vedando incorporação vencimentos, o Sr. Vereador Sebastião Nunes de Sales pede um aparte, concedido, mostra que não estamos oferecendo segurança, até porque terão quando vier a lei do piso pra que possam ter realmente direito, estamos votando só pra ter direito a receber o retroativo, o Sr. Vereador aparteado vê então que permanece inalterada a legislação que fixa o vencimento base, e estamos aqui porque acordamos mesmo sem convocação escrita ou decisão da mesa, mas que os servidores recebam o dinheiro que está já em conta, mas

a matéria chega sempre em cima da hora, retirando a remuneração do vencimento base pela assistência financeira complementar, o Sr. Vereador Danilo Augusto pede um aparte, concedido relata que só há recurso a ser repassado porque tem uma lei em vigor, havendo também a garantia de recursos, o que estamos falando é de respeito aos profissionais da saúde, e não é digna de confiança a palavra do gestor nesse sentido, e admira muito a coragem dos vereadores em confiar, mas estão fazendo errado porque querem, o Sr. Vereador aparteado cita a apresentação das emendas, mas a bancada tenta posar o gestor de santo, quando já existem atos de irresponsabilidade com projetos, acredita que ninguém foi eleito pelo executivo, portanto se trabalha pelo povo, afirma ainda que respeitamos a decisão da casa, mas no momento estamos com o direito dos servidores, o Sr. Presidente afirma que sendo o orçamento aprovado será um cobrador contumaz, porque é um direito dos servidores, em seguida o Sr. 1º Secretário cita que uma das maiores lutas foi a aprovação desse piso, tão comemorado e parabenizado os engajados na luta a nível nacional e estadual pelos vereadores, e no entanto hoje votam apenas um repasse, quando já deveria ser o piso, que não foi votado na segunda-feira porque faltava uma vereadora e poderiam perder, mas quem garante que esse piso venha em dezembro, então veio pra sessão pra votar no piso, o Sr. 2º secretário pede um aparte, concedido, acredita que a classe está ciente como será recebido, mas sabendo que há técnicos dividindo horário pra não ser demitido, como é que vai ser rateado, e quem é que vai garantir que esse povo vai receber realmente o piso, a Sra. Vereadora Vanda Lúcia pede um aparte, concedido, cita que os nomes faltantes serão novamente inseridos, e foi uma vitória muito comemorada realmente, mas é preciso ter a sua legalidade, temos então que confiar na palavra do prefeito, sabendo que é um recurso que ninguém mexe, o Sr. Vereador aparteado quer estar vivo até o dia que esse projeto chegar, prosseguindo, o Sr. Presidente submeteu a matéria à discussão pelas comissões, sendo que o Parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação obteve dois votos favoráveis e um contrário, do relator Vereador Danilo Augusto por questionar a legalidade da matéria assim como o parecer da comissão de finanças e orçamento, quanto ao parecer da comissão de educação, saúde e assistência social pela rejeição da matéria, obteve um voto favorável e dois contrários, feito isto, o Sr. Presidente submeteu à votação o referido projeto, o qual obteve quatro votos favoráveis à sua aprovação sem as emendas pelos Srs. Vereadores da Bancada de Situação, quando se abstiveram de votar os vereadores Danilo Augusto Oliveira e Jefferson Plécio por discordar da legalidade da matéria e dois votos contrários dos vereadores Joel Gomes Pessoa e Domênico de Siqueira Perazzo por votarem com as

emendas do piso, que por sua vez foram rejeitadas por cinco votos favoráveis à sua rejeição e quatro contrários, respeitado o critério de desempate pelo Sr. Presidente; nada mais a tratar, encerrou-se a sessão, assinam a presente ata o Sr. 1º Secretário e demais Vereadores desta Casa de Leis. *a) Domênico de Siqueira Perazzo, Arlã Markson Gomes de Souza, Joel Gomes Pessoa, Jefferson Plécio Silvestre Galvão, Vanda Lúcia Cavalcante Silvestre, Danilo Augusto Oliveira Pereira Nunes, Antonio Valmir Batista Tunú, Maria Luciana Lima Pessoa, Sebastião Nunes de Sales.*



Handwritten signatures in blue ink, including the name "M. Pessoa" and other illegible signatures.